



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA FERRAMENTA DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

IVONE ROSA FERREIRA DE SÁ

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA FERRAMENTA DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Rita Cristina Lima Lages

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA FERRAMENTA DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

IVONE ROSA FERREIRA DE SÁ

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora, em 17 de julho de 2013, conferindo à autora o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

**Professora Rita Cristina Lima Lages
(Orientadora)**

Belo Horizonte, julho de 2013

À Karen, filha amada.
Ao Romilson, amor e companheiro de todas as horas.
Aos meus pais, base da minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar e acima de tudo, a Deus, luz constante em minha vida, por ter me dado a oportunidade, a saúde e a força necessária para concluir mais esta etapa de minha vida.

Aos meus pais que, em primeira instância, proporcionaram e incentivaram meu aprendizado durante toda minha vida.

Ao meu esposo, Romilson, companheiro fiel que sempre me incentivou a estudar.

À minha filha, Karen, que não raras vezes reclamou minha ausência.

Às professoras deste Curso de Especialização que compartilharam comigo seus preciosos conhecimentos.

E, finalmente, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

Tecendo a manhã

“Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que amanhã, desde de uma teia tênue, se vá
tecendo entre todos os galos...”

João Cabal de Melo Neto

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo explicitar o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental localizada no Vale do Aço, Minas Gerais. A pesquisa é um relato de experiência da pesquisadora. A construção do PPP teve a participação dos segmentos de professores, funcionários, pais e alunos. Diante da inexistência do PPP, a escola realizou reuniões, reflexões e planejamento de ações. Como referencial teórico, utilizaram-se os estudos de Azevedo (2004), Casassaus (2013), Cury (2006), Gonçalves e Carmo (2001), Oliveira (2013), Silva (2013), Veiga (2008) e outros pesquisadores que defendem uma educação democrática e de qualidade. Os dados aqui relatados apontam para o fato de que, no contexto pesquisado, o processo de início de construção do PPP nessa instituição pública de ensino ajudou na gestão democrática, pois os sujeitos participantes deram o primeiro passo do exercício de cidadania.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico, autonomia, participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		09
1.	A IDENTIDADE DA ESCOLA: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	11
	1.1 A construção da autonomia.....	12
2.	A GESTÃO DEMOCRÁTICA	14
3.	A REALIDADE DA ESCOLA ANALISADA	16
	3.1 A elaboração do Projeto Político Pedagógico.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS		23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		26
ANEXO: Projeto Político Pedagógico		28

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um relato de experiência da pesquisadora descrevendo a forma como ocorreu o processo de intervenção para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) em uma escola pública de Ensino Fundamental localizada na região do Vale do Aço, Minas Gerais.

O interesse nesse tema visou a ampliar os conhecimentos em relação ao Projeto Político Pedagógico, não como documento, mas uma ferramenta ativa que contribui para a efetivação da gestão democrática. Ainda, descrever a realidade da escola pesquisada.

O processo de intervenção para a construção do PPP teve a participação dos segmentos de professores, funcionários, pais e alunos. Diante da inexistência do PPP, a escola realizou reuniões, reflexões e planejamento de ações.

A metodologia utilizada para a construção desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica e as observações realizadas da pesquisadora de quando atuou como coordenadora pedagógica por dois anos e meio, e como professora por cinco anos.

Como referencial teórico, foram utilizados os estudos de Azevedo (2004), Casassaus (2013), Cury (2006), Gonçalves e Carmo (2001), Oliveira (2013), Silva (2013), Veiga (2008) e outros pesquisadores que defendem uma educação democrática e de qualidade.

O trabalho está estruturado na definição dos conceitos de Projeto Político Pedagógico como elemento importante na construção de uma escola democrática e participativa. Além disso, há discussões sobre autonomia, gestão democrática e apresentação da realidade da escola pesquisada. Por último, faz-se uma análise crítica sobre a participação dos segmentos no processo de construção do PPP.

Posto que a identidade de uma escola está presente no Projeto Político Pedagógico e que a gestão democrática possibilita a participação de todos os envolvidos na construção dele.

Cabe lembrar que os artigos 12 e 13, da LDB 9.394/96, delegam à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu Projeto Político Pedagógico.

Art.12.Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Desse modo, as decisões do gestor passam a ser compartilhadas, isto é, a comunidade educativa toma decisões, fortalecendo a gestão democrática na escola pública. E quando participamos, transformamos a realidade que nos cerca e com isso, ajudamos na construção da democracia.

Neste contexto, são levantados alguns questionamentos e entre eles: O que é Projeto Político Pedagógico? Como o PPP contribui para a efetivação da gestão democrática? Qual a importância de se construir um trabalho entre a escola e a comunidade?

Assim, ao elaborar o Projeto Político Pedagógico dessa escola, os sujeitos participantes deram o primeiro passo do exercício de cidadania.

1. A IDENTIDADE DA ESCOLA: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

De acordo com Veiga (2008, p.12), o termo projeto “vem do latim *projectu*, participípio passado do verbo *projecere*, que significa lançar para diante”. Ou seja, o ser humano projeta uma ação no presente visando modificar no futuro. Ainda, para a autora um projeto é revestido de intencionalidade, abre um campo de possibilidades, de alternativas e novas vivências.

Em consonância com o exposto, Gadotti (1994 apud VEIGA, 2008, p. 12) acrescenta que

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. Gadotti (1994 apud VEIGA, 2008, p. 12)

Acrescentando ainda, o Projeto Político Pedagógico é político no sentido do compromisso da escola com a formação do cidadão, e pedagógico porque possibilita formar o cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. (VEIGA, 2008, p. 13)

Desse modo, o Projeto Político Pedagógico é um dos elementos importantes na gestão democrática da escola, sendo a participação da comunidade escolar instrumento fundamental para a democracia.

O projeto político pedagógico ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola. (VEIGA, 2008, p.13)

Posto que a coletividade é que promove o conhecimento, propiciando, assim, um clima de trabalho que aproximará pais, alunos e comunidade escolar. Além disso, o PPP deve ser reelaborado constantemente, pois como todo projeto há a

necessidade de refletir e discutir sobre os problemas da escola, na busca de alternativas.

Sob esta perspectiva, a construção da escola democrática ajuda a formar cidadãos autônomos, políticos e críticos frente ao mundo ao seu redor.

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir seu papel na socialização do conhecimento. (OLIVEIRA, 2013, p.2)

1.1. A construção da autonomia

A autonomia é um dos princípios do Projeto Político Pedagógico. É importante, pois é a identidade da escola e responde ao princípio da liberdade. (VEIGA, 2008, p. 14).

O artigo 15, da LDB 9394/96, estabelece que a autonomia deva ser exercida nas quatro dimensões da gestão: pedagógica, administrativa, financeira e recursos financeiros.

Art. 15- Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (LDB, 9394/96)

Para Veiga (2008) a autonomia e o Projeto Político Pedagógico caminham juntos, sendo a autonomia pedagógica condição essencial para a escola atuar de acordo com a sua realidade e necessidade.

Em consonância com a autora, Martins (2001 apud LUZ e JESUS, 2006) diz que:

A gestão educacional pode ser abordada segundo concepções e enfoques variados. Há, porém, alguns pontos que são comuns. Dentre eles, ressalta o fato de que a administração da educação é, antes de tudo, administração pedagógica, voltada para o foco central da educação escolar, que é a formação do aluno, realizada na relação básica que se estabelece na

escola, a relação ensino-aprendizagem. Tudo o mais deve girar em torno desse foco. As demais dimensões da gestão educacional (de pessoal, financeira e de recursos materiais) devem estar voltadas para atender à essência pedagógica da atividade educacional. MARTINS (2001 apud LUZ e JESUS, 2006, p.32)

Além disso, ao elaborar o PPP os envolvidos na construção devem levar em conta as diretrizes nacionais, locais e no contexto que a escola está inserida. Pois, a autonomia da escola não pode estar em desacordo com a legislação do sistema de ensino que a rege.

2. A GESTÃO DEMOCRÁTICA

De acordo com Casassus (2001), vários marcos aconteceram no contexto das reformas de educação na América Latina e evidenciaram que a educação é percebida como um instrumento de acesso à modernidade e à globalização. Podem ser citados: a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontien, na Tailândia, em 1990; o Promedlac IV, em 1991, em Quito; 24ª Reunião da CEPAL, em 1992, no Chile; o Promedlac V, em Santiago, em 1993; e o Seminário Internacional sobre Descentralização e Currículo, realizado pela UNESCO, em 1993, no Chile.

Desse modo, a partir da Constituição Federal brasileira promulgada em 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, nº 9.394, de 1996, um dos princípios que deve gerir o ensino é a gestão democrática.

Outros princípios também estão contemplados nesta lei: igualdade, liberdade, pluralismo de idéias, gratuidade do ensino, valorização dos profissionais e garantia do padrão de qualidade.

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. (Lei n.9394/96, art. 14)

Segundo a LDB 9394/96, vários termos foram utilizados para a figura do gestor: gestão escolar, gestão participativa, gestão democrática, gestão com autonomia, sendo que a gestão escolar deverá atuar de maneira autônoma, fundamentando sua prática em processos participativos, democráticos.

Nesse contexto, o artigo 15 da LDB 9394/96, estabelece que os sistemas de ensino devem atribuir autonomia às unidades escolares para que tenham autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (Lei n.9394/96, art. 15)

Cury (2006, p. 21) diz que “gestão é um termo que provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar.” Por isso, o gestor deve ser antes de tudo, um representante de um projeto social de educação e não só um agente do Estado. É um representante de uma comunidade rumo a um objetivo comum: romper com um sistema seletivo, que exclui e segrega, impondo uma gestão escolar transparente em sintonia com os anseios da população.

Sendo assim, quando há participação dos professores, funcionários, pais, alunos a escola se transforma em um espaço de participação, envolvimento e promoção da cidadania, cumprindo dessa forma, o que a legislação dispõe sobre a gestão democrática nas escolas públicas brasileiras.

Enfim,

Vale ressaltar que a participação não é o resultado de processos automático espontâneo, mais sim uma conquista diária e consequência do fortalecimento do sentido de responsabilidade dos indivíduos. (GONÇALVES & CARMO, 2001, p.35)

3. A REALIDADE DA ESCOLA ANALISADA

A construção do Projeto Político Pedagógico foi realizada em uma escola pública municipal do Vale do Aço, Minas Gerais. Fundada há 44 anos, vem contribuindo com a educação no Vale do Aço. É a maior escola da rede municipal. Atualmente conta com aproximadamente 1600 alunos no Ensino Fundamental, do 4º ao 9º ano e Eja, distribuídos em 55 turmas nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A escola atende alunos de diversos bairros da cidade e é rodeada por comércios e moradias. Percebe-se que a maioria dos alunos que a frequentam tem boas condições financeiras, sendo comum o pai e a mãe trabalharem. Mas, por outro lado, a escola também recebe alunos que têm problemas com as famílias, provenientes do abrigo municipal. Também há vários casos de alunos que moram com os avós e outros com irmãos.

A escola não adota uma linha metodológica específica, utiliza de diversos recursos para a realização de uma prática docente satisfatória de maneira que atenda as necessidades dos educandos para que estes desenvolvam competências como: habilidades no uso da língua oral e escrita, capacidade de buscar soluções para diversos problemas, capacidade de relacionamento harmonioso e equilibrado das diversas linguagens e habilidades no trato da informação.

A equipe gestora é composta por um diretor, três vice-diretores e quatro coordenadores. No turno matutino há três vice-diretores e quatro coordenadores. No turno vespertino há dois vice-diretores e três coordenadores e no noturno um vice diretor e um coordenador.

A escola conta com 124 funcionários, compreendendo professores, auxiliares de serviço, auxiliares administrativos e auxiliares de secretaria. Uma grande parte dos professores trabalha dois horários na escola.

Todos os professores da escola têm curso superior sendo que a maioria tem especialização na área da educação. Há um professor cursando Engenharia Civil e um cursando Direito. Há duas professoras com mestrado na área de educação e nenhum com doutorado.

Normalmente, no final de semana, a escola aluga a quadra ou o pátio da escola para algum evento ou jogo. E os aluguéis desses espaços têm contribuído para melhorias na escola.

Quem decide ou resolve os problemas da escola, é a equipe gestora ou o Conselho Escolar. Quando o problema é um caso de violência ou disciplina grave, o gestor convoca também o Conselho Tutelar e se necessário, a polícia.

O currículo escolar segue os princípios da Proposta Curricular da Secretaria Municipal da Educação buscando desenvolver os conteúdos de forma interdisciplinar e contextualizada. Os planejamentos são orientados pelos coordenadores pedagógicos e percebe-se a existência de um trabalho de ajuda mútua entre os professores, que muitas vezes executam trabalhos em comum. A organização da carga horária do professor feita pela Secretaria Municipal de Educação oportuniza aos mesmos, tempo e espaço para o planejamento dentro da escola.

Quando ocorrem problemas disciplinares inicialmente os professores tentam solucioná-los diretamente com o aluno através do diálogo. Quando o problema persiste os professores buscam ajuda junto à equipe gestora, e, se necessário, esta solicita a presença e a participação dos pais para que juntos, busquem a melhor solução para o problema.

As relações entre a instituição e a comunidade escolar externa e interna ocorrem num ambiente pautado pela cooperação e respeito no qual todos buscam o desenvolvimento pleno dos discentes.

Os pais são atendidos pelos professores em seus horários de coordenação. Quando necessário são chamados para comparecer à escola por meio de telefonemas ou bilhetes. O professor tem autonomia para convidá-los para conversar a respeito de seus filhos quando o mesmo julgar necessário.

A escola conta com o apoio do Colegiado do qual participam, pais, professores, membros da comunidade e equipe gestora, nos momentos em que são tomadas decisões e na execução de projetos que beneficiam a instituição e a comunidade escolar.

Enfim, essa escola oportuniza momentos de discussão para a solução de problemas pertinentes do cotidiano. Tais discussões são pautadas em princípios democráticos em todas as relações que se estabelecem na instituição como na

relação entre gestão e comunidade escolar, entre gestão e os professores, entre gestão e funcionários, entre professores e alunos, entre professores e pais.

3.1. Projeto Político Pedagógico e sua construção em uma escola pública municipal do Vale do Aço

Para a elaboração do PPP a escola realizou reuniões, discussões e questionários específicos para cada segmento. O setor que teve mais participação foi o da comunidade escolar.

No primeiro momento a gestora explicou o significado do Projeto Político Pedagógico, para que serve, em qual momento acontece a elaboração desse documento, quem participa da elaboração e quais as maiores dificuldades nesse processo de construção coletiva.

Logo após, os participantes foram separados de acordo com o segmento em que pertencia e responderam há várias perguntas referentes ao dia a dia da escola, ao setor de trabalho e à participação nas decisões da escola.

Para que a construção do projeto político seja possível, não é preciso convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais ou mobilizá-los de forma espontânea, mais propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente. (VEIGA, 2008, p. 15)

Foram avaliados os seguintes itens: dependências da escola (salas de aula e de outros setores, cantina, refeitório e pátio), organização e limpeza da escola, atendimentos da secretaria, da biblioteca, da sala de informática, dos atendimentos pedagógico (tempo integral, educação especial) da coordenação, da vice-direção e direção.

Após alguns dias, com todo o consolidado tabulado a equipe gestora reuniu e apresentou para os segmentos a síntese das reflexões que eles haviam participado, sendo que para todos os grupos tinha a síntese dos questionamentos: o que temos e o que queremos.

No segmento comunidade/sociedade, os pais responderam o seguinte:

O que temos: “A sociedade que temos é individualista, com inversão de valores éticos, morais e cristãos. Com famílias desestruturadas, com valores fundamentados no capitalismo, com pessoas dominadas pelo medo e pela violência. Que apresenta líderes corruptos e irresponsáveis. Uma sociedade consumista, preconceituosa, omissa, desigual e egoísta. Que valoriza o ter e despreza o ser. Faz culto aos maus exemplos (sexo, drogas, dinheiro fácil e desonestidade).”

O que queremos: “Queremos uma sociedade participativa no aspecto sócio educativo. Que valorize a ética e a moral. Que seja consciente da importância que a educação exerce para a cidadania e o futuro do país. Que se empenhe no resgate dos valores morais, humanos e na justiça social. Que seja politizada e assuma seu compromisso familiar. Que interaja com a própria realidade e se prepare para viver no futuro que está gerando. Que cumpra seus deveres, além de lutar por seus direitos. Que reveja as leis, o cumprimento e as consequências das mesmas.”

As respostas nos mostram que as pessoas estão preocupadas com os valores que estão sendo “ensinados” nos dias de hoje. Diante disso, vemos a necessidade dessa escola em elaborar o Projeto Político Pedagógico para que a gestão tenha mais autonomia nas decisões e no atendimento às suas necessidades.

[...] é preciso compromisso político e engajamento dos professores, dirigentes, pais e alunos, para construir a própria identidade da escola como instituição social e assumir compromissos para criar um futuro melhor do que o presente.¹

No segmento professores, os participantes responderam: O que temos: “É uma escola desumana, que não valoriza os profissionais comprometidos com a educação. Que não oferece condições dignas de um bom trabalho. Uma escola que carece de profissionais específicos para acompanhar as famílias, que não tem autonomia para agir na indisciplina dos alunos. Temos uma escola inclusiva, porém, sem estrutura física, psicológica para que a inclusão aconteça de forma satisfatória e significativa. Ainda, uma escola que não oferece segurança e com baixo nível de aprendizagem, com profissionais competentes, porém, regida por um sistema que impossibilita e inviabiliza suas ações, suas necessidades.”

¹ Projeto Vivencial. **Projeto Político Pedagógico:** dimensões conceituais. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf> Acesso em: 08 jun. 2013.

O que queremos: “Queremos uma escola justa, levando em conta as desigualdades, que seja democrática, que tenha profissionais especializados para acompanhar as famílias. Queremos uma escola que dê apoio ao professor no combate à indisciplina. Que tenha autonomia na solução dos problemas enfrentados no cotidiano. Uma escola que ofereça segurança e proteção aos profissionais e aos alunos. Que faça valer a lei do desacato ao funcionário público. Que possa garantir o direito a uma educação de qualidade àqueles alunos que querem estudar. Que seja garantido o funcionamento pleno da biblioteca, da mesa pedagógica, da sala de informática e do laboratório de ciências. Que tenha uma participação real da família em prol da educação de qualidade. Que ofereça formação aos vigilantes. Que o portão seja trancado. Uma escola prazerosa, educativa e divertida. Que saiba controlar os alunos na sala durante as aulas em classe. Que esteja sempre trabalhando com projetos ecológicos. Que atenda às necessidades individuais da clientela sem omitir a autonomia docente. Que valorize seus funcionários, sem obstruir-lhes a liberdade de expressão. Que aperfeiçoe os espaços existentes. Que faça adaptações para receber os alunos com necessidades especiais.”

Nessas respostas notamos a indignação dos professores em relação ao ambiente de trabalho e até mesmo em relação aos colegas. Eles propõem que haja mudanças na estrutura física da escola, para facilitar o acesso dos alunos com necessidades especiais. Também que sejam valorizados e respeitados, melhorando assim, as condições de trabalho dos educadores e fortalecendo a gestão democrática.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve se constituir na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola. Por isso, sua elaboração requer, para ser expressão viva de um projeto coletivo, a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar. Todavia, articular e construir espaços participativos, produzir no coletivo um projeto que diga não apenas o que a escola é hoje, mas também aponte para o que pretende ser, exige método, organização e sistematização.² (Projeto Vivencial, 2013)

No segmento alunos, os discentes responderam: O que temos: Alunos indisciplinados, sem limites, que desrespeitam a todos e a si próprios. Destroem o

² Projeto Vivencial. **Projeto Político Pedagógico:** dimensões conceituais. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf> Acesso em: 08 jun. 2013.

patrimônio público e sem uma boa estrutura familiar. São agressivos e desinteressados. Têm muitos casos de dificuldades cognitivas que requerem profissionais especializados. São carentes, problemáticos e a grande maioria não traz uma boa referência de convivência social.

O que queremos: Queremos alunos conscientes de sua responsabilidade no processo de aprendizagem escolar. Um aluno que venha para a escola com o objetivo de aprender, de respeitar toda a comunidade escolar, que tenha pelo menos uma base formada em relação a uma boa conduta social. Um aluno que cumpra com suas tarefas escolares, que seja crítico e que respeite o espaço do outro.

Mais uma vez os valores são citados. Por isso,

[...] a idéia do Projeto Político Pedagógico é de estimular a comunidade a participar ativamente com todos os seus segmentos, das práticas pedagógicas que serão encaminhadas na escola e na sua relação com a comunidade, decisões assumidas como compromisso de induzir e formular processos que produzam conhecimento e constituam verdadeiros cidadãos. (SILVA, 2013, p.1-2)

No segmento funcionários, foi exposto: O que temos: “Profissionais com formação superior e especialização, desmotivados pela falta de valorização profissional, salarial e social desencadeando problemas de saúde. Pessoas capacitadas, conscientes e comprometidas com sua profissão. Profissionais oprimidos pelo desrespeito e agressividade dos alunos e sem autonomia para agir.”

O que queremos: “Profissionais valorizados, respeitados, com autonomia, bem remunerados e bem assistidos na saúde. Profissionais com direito a vez e à voz no local de trabalho e na imprensa. Com direito a um ambiente escolar adequado e mais humano para desenvolver um bom trabalho, que receba apoio da comunidade escolar. Que tenha mais tempo para planejar seu trabalho. Que se orgulhe de sua profissão.”

Nesse segmento observamos a questão da valorização profissional e a falta de autonomia da escola em poder agir em determinadas circunstâncias. Por isso, a importância do Projeto Político Pedagógico para que a escola estabeleça regras na qual será gerida.

Assumindo esse papel de articulador da democracia da/na escola, o diretor escolar contribui para a construção e efetivação de uma escola pública de fato democrática. Relembramos que a gestão colegiada democrática realiza-se

efetivamente, quando se torna um compromisso de toda a comunidade escolar.³ (Projeto Vivencial, 2013, p.12)

Enfim, essa escola pública da rede municipal do Vale do Aço iniciou seu processo de construção do Projeto Político Pedagógico. A gestão dessa instituição tem buscado gerir a escola por meio da gestão democrática participativa.

Em suma, os professores, funcionários, pais e alunos de uma escola pública do Vale do Aço, Minas Gerais deram o primeiro passo para a construção do Projeto Político Pedagógico, para assim, lutar pela melhoria na qualidade de ensino, oportunizando o alunado um ensino voltado para o exercício pleno da cidadania.

³Projeto Vivencial. **A atuação do gestor escolar:** dimensões política e pedagógica. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/atuacao gestorescolar.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se verificou no estudo, o Projeto Político Pedagógico dessa escola pública municipal de Ipatinga encontra-se em fase de desenvolvimento e a gestão procurou, em 2012, administrar a escola por meio da gestão democrática participativa em busca de uma escola com qualidade melhor no ensino público.

Entendemos que, para isso realmente acontecer, é preciso a participação dos professores, funcionários, pais e alunos, pois o PPP só se torna uma ferramenta da gestão democrática quando é elaborado coletivamente e colocado em prática os objetivos e prioridades nele estabelecidos.

Para isso, o gestor dessa escola precisa construir uma cultura em que haja diálogo, participação, tomadas de decisões coletivas, mudanças de mentalidade, enfim, uma nova forma de pensar e fazer a educação.

Veiga acrescenta que

O Projeto Pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola. (VEIGA, 2008, p. 13)

Como constatamos acima, a gestão democrática participativa exige do gestor o papel de aprendiz, pois todos nós somos aprendizes, e que por anos nas escolas, o gestor era quem tinha poder. Entretanto, hoje temos outra realidade nas escolas, sendo que a escola que faz valer os princípios da democracia e participação é que alcança o sucesso na qualidade do ensino na escola pública.

Além disso, o gestor sozinho não pode administrar todos os problemas da escola. É preciso dividir responsabilidades com os funcionários, professores, alunos, pais e comunidade. “Em uma gestão democrática todas as pessoas ligadas a escola podem fazer-se representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos.”(GONÇALVES & CARMO, 2001, p.32)

Por outro lado, estamos cientes que apenas o Projeto Político Pedagógico não dá sustento a gestão democrática na escola. Sendo assim, logo nos primeiros encontros para a elaboração do PPP dessa escola, os Conselheiros do Conselho

Escolar começaram a participar, garantindo a representatividade e tornando legítimas as propostas do PPP.

Pois, o Conselho é que sustenta o PPP e é também um instrumento da gestão democrática.

[...] o papel do Conselho Escolar é o de ser o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, não como instrumento de controle externo, como eventualmente ocorre, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola. (CADERNO 2, p. 35)

Dessa forma, inicialmente percebemos que o Conselho Escolar tem buscado meios para melhorar a disciplina na escola, controlam as matrículas para que alunos de outros zoneamentos (endereços) estudem na escola mais próxima da casa deles, acompanham e decidem sobre as verbas que vêm para a escola verificando as suas necessidades.

De modo geral, vem contribuindo para uma instituição democrática, participativa e define sobre assuntos pedagógicos, administrativos, financeiros e políticos em prol de um ensino na escola pública de qualidade.

Outra ação que foi visível na escola durante o ano de implantação do PPP foram as propostas de ensino de todas as disciplinas da EJA que foram modificadas de forma a atender a realidade dos alunos da escola.

Questionamentos como: o que fazer, por que fazer, como fazer, onde fazer, quando fazer, são fundamentais para um gestor, pois a partir dessas perguntas, ele fará sua gestão democrática participativa, levando em conta que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” (LDB 9394/96, art. 2º)

Portanto, para a pesquisadora relatar o processo de desenvolvimento do PPP na escola em que um dia exerceu a função de coordenadora ampliou seus conhecimentos acerca da gestão escolar. Ainda, ela pôde comparar a teoria estudada com a prática vivenciada.

Por outro lado, este ano, por não pertencer ao quadro de funcionários dessa escola, a pesquisadora não tem conhecimento se a equipe gestora atual deu prosseguimento ao PPP e se está cumprindo as metas previstas e dando oportunidades aos segmentos no processo de decisão escolar.

Pois, de nada adianta se os envolvidos nesse processo não participarem das tomadas de decisões da escola, uma vez que o PPP só tem sentido quando as pessoas fazem parte da história da escola e colaboram com informações sobre a realidade local.

Em suma, o Projeto Político Pedagógico deve ser construído coletivamente, é uma exigência legal, mas não pode ser elaborado visando atender tal exigência, mas sim, as metas nele estabelecidas. Também fortalece o trabalho do gestor e quando dialoga com outros órgãos, como por exemplo, o Conselho Escolar, melhora a qualidade da escola pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2004.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República.

CASASSUS, Juan. **A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização**. Cad. Pesquisa [online]. 2001, n. 114, pp. 7-28. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2006.

GONÇALVES, Jussara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de tomada de decisão. Gestão e Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. UNAMA, 2001. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/gestao_escolar.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2013.

LUZ, Ana Maria de Carvalho; JESUS, Tércio Rios de. **A Formação de Gestores Educacionais: desafios e perspectivas de saberes em construção**. Disponível em: <<http://www.proged.ufba.br/biblioteca/formgest.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares** – Caderno 2. Brasília: MEC, 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2013.

Projeto Vivencial. **A atuação do gestor escolar: dimensões política e pedagógica**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/atuacaogestorescolar.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2013.

Projeto Vivencial. **Projeto Político Pedagógico:** dimensões conceituais. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf> Acesso em: 08 jun. 2013.

Projeto Vivencial. **Projeto Político Pedagógico:** dimensões metodológicas. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/vivencial/pdf/dimensoesmetodologicas.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

SILVA, Carlos. **A inserção da saúde no Projeto Político da escola.** Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto02_saude_na_escola.pdf>. Acesso em 01 jun. 2013.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Papyrus, 2008. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=uQw--3o9ruUC&pg=PP1&dq=pt-BR&pg=PP1&output=embed>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR QUERUBINO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CRISTIANE DE CASTRO MOREIRA LANA

FERNANDA DE ARAÚJO SATLER VILELA

IVONE ROSA FERREIRA DE SÁ

JUCELHA APARECIDA NUNES ANDRADE FARIA

CORONEL FABRICIANO, 2013

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR QUERUBINO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA ESTADUAL DR QUERUBINO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do(a) Professor(a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CORONEL FABRICIANO, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa.....	10
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	13
3. CURRÍCULO.....	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	17
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	21
7. AVALIAÇÃO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

“[...] a escola seja palco de inovações, investigações e grandes ações fundamentadas num referencial teórico metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação.” (VEIGA, 1996, p. 31).

O presente documento, discutido e reelaborado com a participação dos diversos segmentos da escola, propõe apresentar as discussões e propostas a serem implementadas no período de 2013 a 2014. Discussões essas realizadas no 2º semestre de 2012, tendo em vista à necessidade de atualização da proposta pedagógica da escola, em atendimento as novas demandas legais e contextuais.

A Escola Estadual Doutor Querubino, situada à rua Ephrem Macedo, 616, Bairro dos Professores, Coronel Fabriciano, Minas Gerais, CEP 35170-006, telefone: (31)3841-2648, email: escola.190861@educacao.mg.gov.br tem como marco de criação o Decreto 2610/68 de 22/02/68 e a Resolução 7363/94 de 26/02/94.

A Escola foi instalada em 15/02/1968 e criada pelo Decreto N° 2.610, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicado no MG de 22/12/1968. Não possuindo prédio próprio a Escola Estadual Doutor Querubino começou a funcionar num prédio cedido pela prefeitura local, situado no Bairro Nossa Senhora do Carmo e em uma sala cedida pela Igreja Metodista, situada à Rua Marechal Floriano.

Em 1969, a escola funcionou no prédio do Colégio Comercial Imaculada, à Rua do Convento, alugado pelo Estado. Em 1970 e 1971, transferiu-se para salas alugadas à Rua Marechal Floriano, N° 459. Em 1972, transferiu-se para um prédio a Rua Moacir Birro, N° 576, também alugado pelo Estado, funcionando, ainda, em 02 (duas) salas cedidas pelo Vigário da Paróquia, à Rua Doutor Querubino. Em setembro de 1975, a escola passou a funcionar no prédio de propriedade do Instituto Cultural de Coronel Fabriciano, à Rua São Sebastião, N° 101, Bairro Centro, alugado pelo Estado, funcionando em 02 (dois) turnos, com 03 (três) salas de aula, secretaria, instalações sanitárias (masculino e feminino) e uma cantina.

Destacou-se o empenho do Senhor Mariano Pires Pontes, Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, em 1982, para a construção do prédio. Em 1983, a escola transferiu-se para o prédio à Rua Ephrem Macedo, N° 616 Bairro dos Professores, com 05 (cinco) salas de aulas, funcionando em 02 (dois) turnos num total de 10

(dez) turmas. O prédio foi entregue em 03/02/1983, contendo as seguintes dependências: Diretoria, Secretaria, Sala dos Professores, Sanitários (masculino e feminino), 01 (um) sanitário para pessoal técnico e administrativo, Biblioteca, Área coberta, Área livre, Cozinha, Almoxarifado e 05 (cinco) salas de aula. A mudança do prédio foi autorizada pela SEE/MG e publicada no jornal MG de 14/01/84, página 35, coluna 03.

Em 1986, com o empenho da Superintendência Regional de Ensino e Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, construiu-se mais 01 (uma) sala de aula e, em 1988 o prédio foi acrescido de mais 02 (duas) salas de aula com verba da SEE/MG, totalizando 08 (oito) salas de aula funcionando em 03 (três) turnos. Em 1994, pela Resolução da SEE/MG N° 7363/94 criou-se a extensão de série, autorizando o funcionamento do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 8º ano a partir de 1995 e 9º ano a partir de 1996.

Ao longo dos anos a Escola Estadual Doutor Querubino passou por reformas e ampliações em sua rede física (construção de salas, banheiros, biblioteca, cobertura da quadra, dentre outras) para atender as necessidades da demanda apresentada pela Comunidade atendida.

Por ser a referida escola a única a oferecer, no centro da cidade de Coronel Fabriciano, o Ensino Fundamental completo, e atender a vários bairros no entorno, ainda faz-se necessária outra reforma e ampliação do espaço físico, pois a escola, no momento não conta com espaço para sala de informática, sala de professores, dentre outros.

A escola atende a alunos provenientes de área de vulnerabilidade social e com pouco acompanhamento familiar, o que exige da escola um maior empenho para o alcance de suas metas. A escola atende atualmente 660 alunos. É considerada uma escola estratégica devido aos resultados insatisfatórios nas avaliações externas.

Na Escola Estadual Doutor Querubino todos os professores, num total de 28 possuem curso de graduação e muitos, pós-graduação, sendo efetivos ou efetivados pela Lei Complementar N° 100/2007. Além disso, a equipe diretiva é composta por 1 diretor, 1 vice, 3 coordenadores pedagógicos e mais 17 funcionários sendo esses auxiliares de secretaria, faxineiros e cantineiras.

Observa-se, como ponto forte desta escola a grande procura de vagas pelas famílias, garantindo a sua demanda. Vale salientar, também, o trabalho de incentivo

à leitura que a escola tem proposto como o *Pit Stop* (momento de Leitura) e A Mala Viajante.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) na Escola Estadual Dr. Querubino, vem sendo realizada através da gestão democrática e colegiada. Pois, sabemos que é preciso pensar junto os problemas que envolvem nossa escola e ajudar a encontrar soluções que venham a favorecer a todos que sejam mais adequados às necessidades dos alunos. Assim, criamos na escola um ambiente acolhedor para ouvir o que a comunidade escolar tem a dizer.

Começamos a elaboração do PPP, convidando a comunidade da escola e assim aplicamos o IQE (Indicador de Qualidade da Escola), pois esse tipo de trabalho fornece condições para que a escola se conheça melhor e formule propostas de melhorias, além do que lhe oferece também um instrumento de controle democrático das políticas públicas.

Esse IQE é tido como um instrumento de avaliação e cujo objetivo é identificar os objetivos propostos pela escola e os resultados alcançados até então, identificando se os problemas foram ou não resolvidos e saber a razão destes resultados.

Durante a avaliação institucional da Escola Estadual Dr. Querubino, começamos a elaborar o PPP, com práticas democráticas, coletivas e dialogadas. Além disso, a equipe diretiva procurou trabalhar de forma democrática e colegiada e não centralizando as decisões.

Os pais, alunos, serviçais, secretarias, professores, pedagogos e direção foram divididos em seis grupos e cada grupo respondeu um questionário abrangendo um segmento da escola, desde o pedagógico até a rede física. As respostas consistiam em marcar uma das três cores, vermelha (o que precisa melhorar), amarela (o que se encontra mais ou menos) e verde (o que está bom). E deveriam responder logo a baixo o porquê daquela resposta. Depois foram reunidos novamente em uma assembleia geral e cada item foi apresentado aos outros grupos.

Depois com um grupo menor de funcionários, através desse IQE começamos a trabalhar na elaboração do PPP.

Após ficar pronto, convidamos novamente a comunidade, dividimos em grupos e cada grupo analisou um item. Depois disso, reunimos em assembleia e

esse grupo apresentou para os outros que avaliaram como positivo na escola e o que precisava ser modificado.

Finalmente, reunimos com os coordenadores pedagógicos, colegiado e direção e construímos o nosso PPP.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Doutor Querubino em consonância com os pressupostos legais, quer seja nacionais ou estaduais, emanadas do Conselho Nacional e Estadual de Educação e as normas do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, considera como princípios norteadores de suas ações pedagógicas, os princípios éticos, políticos e estéticos, tendo em vista a necessidade de trabalhar, de forma articulada, as dimensões do educar e do cuidar.

A escola tem como missão proporcionar uma educação de qualidade, enfocando a realidade do aluno, suas perspectivas, saberes e necessidades, bem como oferecendo condições para ampliação desse universo cultural e garantia de resultados satisfatórios.

Como visão espera-se que a escola cumpra a sua função social e alcance resultados satisfatórios em todos os níveis de ensino, com o envolvimento de todos os profissionais, no cumprimento de todas as metas em consonância com as legislações vigentes pré-estabelecidas pela SEE/SER (Secretaria Estadual de Ensino/ Superintendência Regional de Ensino).

A equipe da Escola Estadual Doutor Querubino acredita que “a união faz a força”, mas ela continua valendo, desde que juntos façamos força para um mesmo lado, que nossos esforços se unam para alcançarmos os nossos objetivos.

Cada vez mais fica evidente a importância de que a escola tenha uma visão definitiva do que quer e conheça a exata dimensão da distância entre a escola real e a escola ideal, para que se produzam propostas palpáveis, e possíveis.

Essa ação de planejar e intervir adequadamente garante sucessos, define desempenhos e responsabilidades, alivia tensões, gera confiança e isso tudo desencadeia a auto-estima tão necessária para que se goste do que se faz.

A partir do “gostar”, o “querer” passa a tomar conta de cada um e de todos. E é neste empenho que a Escola Estadual Doutor Querubino esforça-se em se destacar entre as melhores instituições educacionais, procurando constantemente propiciar condições físicas, pedagógicas para que os processos de ensino-aprendizagem possam se desenvolver em ambiente adequado: subsidiando a tomada de decisão através de sugestões de todos os envolvidos; dinamizando conteúdos, mudando visões e abrindo alternativas constantes para o desenvolvimento profissional e social de todo corpo docente; promovendo a

distribuição dos recursos financeiros de maneira a atender toda a necessidade da escola. Acreditamos que buscar uma escola de qualidade é tarefa e uma necessidade de todos os envolvidos no processo educacional.

A Escola se baseia nos princípios que norteiam a Gestão das Escolas Estaduais e que fundamentam o nosso trabalho. Princípio da participação, transparência, da autonomia, da liberdade de expressão, da equidade, da descentralização administrativa.

O desenvolvimento organizacional requer mais do que uma boa convivência social. Apesar da importância das relações interpessoais no desenvolvimento da instituição, é importante considerarmos outros elementos como competências pessoais, a formação profissional, os planos de trabalho de cada um.

É nessa interação, que a teia da convivência, da partilha, das experiências, do conhecimento se constrói. A gestão de pessoas pressupõe a definição de papéis e das atribuições de cada servidor, em busca da harmonia do ambiente escolar e do alcance das metas estabelecidas.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A Escola Estadual Dr. Querubino, procura trabalhar de forma democrática e colegiada e não centralizando todas as decisões nas mãos da direção; e mesmo tendo sendo uma escola que se encontra com uma infraestrutura ruim, pode sim, ter um ensino de qualidade onde os alunos e toda a comunidade escolar gostam de frequentar, e que tem embutido o sentimento de que a escola é deles.

A Escola Estadual Dr. Querubino, localiza-se no centro da cidade de Coronel Fabriciano, porém a sua clientela são alunos que moram em zonas de risco social em três bairros críticos da cidade onde há alto índice de assassinatos, problemas com drogas e prostituição.

A escola há mais de 30 anos não recebe uma reforma em sua rede física, se não fosse pela contribuição dos pais estaria funcionando em condições precárias. Alguns pais têm a consciência de que precisam ajudar a escola e não podem esperar tudo do poder público. Dessa forma, a escola compra os materiais necessários e os pais e familiares de alguns funcionários fazem em regime de mutirão os serviços de pequenos reparos de forma voluntária.

A escola possui uma cantina que não atende de forma adequada aos alunos, com um refeitório que cabe somente 30 alunos por vez, sendo que toda a merenda é servida no recreio durante 15 min. Todos os 350 alunos devem alimentar de uma só vez, o que os leva a sentar na escada, ou até muitas vezes no chão. A biblioteca também é sala de vídeo e sala dos professores; a escola também não possui laboratórios, tem apenas um banheiro para os cinquenta e três funcionários.

Para os trezentos e cinquenta alunos por turno, temos seis banheiros sendo três femininos e três masculinos. Quando a escola foi construída ela só oferecia os anos iniciais do ensino fundamental, porém hoje a clientela cresceu tanto que funciona de 1º ao 9º ano e com salas superlotadas, ao total são 10 salas todas funcionando nos dois turnos sendo no turno matutino duas salas de 6º ano, três salas de 7º ano, três salas de 8º ano, duas salas de 9º ano. No turno vespertino uma sala de 1º ano, duas salas de 2º, duas salas de 3º, duas salas de 4º, duas salas de 5º, uma sala de 6º. Cabe ressaltar que a escola funciona das 7 h às 11h25min e das 13h às 17h 25min com 15 min. para intervalo.

Apesar das salas superlotadas, acreditamos que oferecemos um ensino de qualidade, ou a escola não estaria tão cheia, sendo que próximo a nós existem duas escolas, que oferecem os mesmos serviços educacionais.

Hoje, contamos com um quadro composto por dez professores de anos iniciais e dois bibliotecários sendo um em cada turno, dezenove professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental, todos os professores possuem habilitação específica para os conteúdos que ministram e para as séries de atuação.

Além disso, a escola tem dois pedagogos um em cada turno, cinco auxiliares de secretaria, uma secretaria e oito ASBS (auxiliares de serviços gerais), um vice diretor e um diretor. Também a escola possui um colegiado, representados pelos segmentos de pais e funcionários.

Os pais são convidados a virem à escola, não só para participar de comemorações, mas para ajudar em toda e qualquer rotina da escola. As mães dos alunos do turno vespertino, por exemplo, ajudam na entrada dos alunos, e na hora do recreio dos mesmos. Nas reuniões dos colegiados escolares ou reunião de pais, as mães são convidadas a vir ajudar à escola; aquelas que não trabalham fora se prontificam e ficam na escola das 15h até 16 h, ajudando a monitorar as atividades liberadas durante o recreio.

Desde janeiro de 2012, a Escola Estadual Dr. Querubino, sempre procura trabalhar de forma democrática e colegiada e com isso, estamos sentindo que a comunidade está voltando a frequentar a escola e não vindo somente para a reunião bimestral, e até mesmo os funcionários ficam mais a vontade para dar sugestões, pois sabem que serão ouvidos.

Merece destaque os entraves que encontramos na gestão democrática financeira e muitas vezes não atende as necessidades da escola. A situação se agravou devido à quase extinção do RDA (Recursos Diretamente Arrecadado), pois as escolas estaduais não podem mais angariar recursos próprios através de vendas, rifas, etc.

Atualmente, as escolas estaduais só podem contar com doações voluntárias dos pais, isto é, não pode ser exigida nenhuma contribuição financeira do aluno. Entretanto, as famílias ainda não estão conscientes que devem ajudar a escola que o filho estuda, e por isso, a contribuição esse ano foi praticamente zero.

Por mais que se fale em gestão democrática financeira o diretor e o seu colegiado não têm total autonomia sobre os recursos, os recursos que vem para as

escolas já são pré - definidos com o que deve ser gasto durante o ano. Um exemplo recente disso foi um valor recebido pra compra de carteiras e cadeiras. Mesmo se a escola não estiver precisando das carteiras, mas estiver com falta enorme de cadeiras, não se pode comprar tudo em cadeiras, e sim seguir o plano de trabalho que já vem definido quando há a assinatura do termo de compromisso.

Enfim, os governos estadual e federal, dependendo da origem da verba, deveriam rever o valor dos recursos, diminuir um pouco a burocratização para contratar funcionários autônomos, e aumentar a autonomia do diretor e de seu colegiado.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A Escola funciona em dois turnos: matutino das 7h às 11h e 25min., vespertino, das 13h às 17h e 25min.

A escola atende 649 alunos do ensino fundamental. No matutino há 372 trezentos e setenta e dois alunos distribuídos em 10 dez turmas, sendo duas turmas do 6º ano, 03 três turmas do 7º ano, três turmas do 8º ano, duas turmas do 9º ano.

No vespertino há 277 alunos distribuídos em 10 turmas, sendo uma turma do 1º ano, duas turmas do 2º ano, duas turmas do 3º ano, duas turmas do 4º ano, duas turmas do 5º ano e uma turma de 6º ano.

Na quarta-feira no turno noturno das 17h 30min às 18h 30min funciona o plantão pedagógico dos professores dos anos iniciais, na própria escola. Durante o horário do plantão há estudo de resoluções, rodas de conversas, estudo do CEALE (eixo Norteador do trabalho dos professores dos anos iniciais), entre outros. Os professores dos anos finais têm plantão pedagógico durante o horário vespertino e por área de conhecimento.

A escola trabalha com reuniões mensais, chamadas de modulo II coletivo, onde planejam, estudam resoluções, onde há discussões em prol do melhoramento das praticas educativas, e alem dessas reuniões a direção, as pedagogas, e a secretaria, também se reúnem uma vez por mês para analisar as atividades já realizadas e programar as do mês atual.

A relação entre Administração, Pedagogos, Professores e Equipe de Apoio será o principal eixo pelo êxito ou fracasso, para a melhoria da qualidade do ensino nesta escola. A maioria dos profissionais sugere aulas mais criativas, capacitação dos professores frente aos problemas detectados, trabalho de equipe, projetos, encontros por área nos horários destinados ao cumprimento do Módulo II.

Para adaptar o currículo desenvolvido pela Escola comprometido com as transformações ocorridas na sociedade e na vida de nossos educandos é urgente que se defina uma proposta pedagógica coerente com a realidade e que haja realmente trabalho de equipe, capacitação em serviço e que todos aceitem e acatem mudanças e que trabalhem através de oficinas, seminários, palestras, jogos, debates e que se promovam aulas problematizadoras contextualizadas, além de integrar a escola com a comunidade através de parcerias.

Há que se organizar a escola de tal forma que o processo de construção do conhecimento enfocado numa avaliação diagnóstica, seja contínuo, progressivo e processual. Percebemos a necessidade de elaboração de um projeto de ensino e de aprendizagem de leitura mais coerente com a realidade dos alunos, que desperte o interesse pela leitura, através de atividades significativas, de valorização dos seus conhecimentos e vivências e, principalmente, da ampliação e enriquecimento de suas práticas de leitura.

Isto implicaria na elaboração de propostas de capacitação dos docentes em conhecimentos relativos aos processos de ensino e de aprendizagem da leitura, refletindo sobre sua própria prática pedagógica, sobre seus “erros” e seus “acertos”.

3. CURRÍCULO

De acordo com os PCN's (1998), o currículo deve ser selecionado e trabalhado de forma que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio as injustiças, respeitando o outro e exigindo para si mesmo respeito.

De acordo com Moreira e Silva (2002, p.7), o currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para as questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos. Já se pode falar agora em uma tradição crítica do currículo, guiada por questões sociológicas, políticas, epistemológicas.

Ainda citando Moreira & Silva (2002, p.7), nessa perspectiva, o currículo é considerado um artefato social e cultura. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado de relações de poder e transmite visões sociais particulares e interessadas, além de produzir identidades individuais e sociais particulares.

Ressalta-se que é a forma como se seleciona e pratica este currículo que pode levar à construção de uma escola diferenciada e que atenda as suas especificidades. Pois, vai depender dos ideais que forem determinados no currículo e a serem trabalhados.

Há que se considerar que na escola os indivíduos atuam ativamente no processo de ensino aprendizagem, influenciando no desenrolar do mesmo, podendo levar a resultados positivos ou não. Moreira e Candau (2007, p.18) entendem ser o currículo: “[...] experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio às relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes”.

Outro fato relevante é que o currículo deve ser praticado de forma que o aluno consiga se posicionar de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

Fica evidente que é importante saber selecionar o que vai ser trabalhado, considerando a realidade dos alunos e utilizando metodologias que façam o ensino ser significativo e prático para os mesmos.

O professor passa a ser visto agora como parte ativa no desenvolvimento das condutas, encorajando os alunos nas descobertas das relações entre o saber sistematizado e sua experiência social.

Na escola Estadual Dr. Querubino, os educadores priorizam os alunos a todo o momento. No início do ano os professores aplicam diagnósticos em todas as turmas para saber quais conhecimentos seus alunos já se apropriaram e quais ainda não. Depois disso, os professores se reúnem mensalmente em um grupão e semanalmente por área, para discutir quais estratégias que irão adotar para ajudar seus alunos.

Uma das maneiras que funciona na escola, e que é adotado por toda instituição é o PIP (Plano de Intervenção pedagógica), onde além dos professores, os pedagogos, professores no uso da biblioteca e eventual, ajudam no reformo escolar, durante o ano todo, e os alunos são reavaliados mensalmente pra analisar se já houve apropriação do conhecimento necessário.

Outro exemplo que podemos citar de intervenção é o caso da professora de matemática que depois de várias tentativas percebeu que o que funciona com seus alunos é um caderno a parte, chamado por eles de caderno de reforço escolar, onde eles fazem diversas atividades extras e ela recolhe no fim de semana.

Outra professora que também apresenta êxito ao trabalhar o currículo é a de português que trabalha com painel de notícias em cada sala, onde os alunos têm que se inteirar das notícias que o os outros grupos colocaram no painel, e ao mesmo tempo falar e discutir sobre ele.

Portanto, os educadores, pedagogos e a direção da escola estadual Dr. Querubino estão sempre procurando formas diversificadas para trabalhar o currículo de forma que atenda as reais necessidades de seus alunos.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando, conforme art. 32 da LDB 9394/96:

- I- Desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo
- II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- III- A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumento para uma visão crítica do mundo.
- IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental, com duração de nove (9) anos, estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos seqüenciais, conforme a resolução SEE nº 2197/2012.

- I- Ciclo da Alfabetização, com duração de três (3) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano.
- II- Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano.
- III- Ciclo Intermediário, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 6º e 7º ano.
- IV- Ciclo da Consolidação, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento. Os Ciclos Intermediários e da Consolidação devem ampliar e intensificar gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental.

Os componentes curriculares do Ensino Fundamental, as áreas de conhecimento são:

- 1- Linguagens,
- 2- Língua Portuguesa,
- 3- Língua Materna,

- 4- Língua Estrangeira Moderna,
- 5- Arte,
- 6- Educação Física,
- 7- Matemática,
- 8- Ciências da Natureza,
- 9- História,
- 10-Geografia,
- 11-Ensino Religioso.

A Escola Estadual Dr. Querubino tem criado estratégias para melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para atendimento diferenciado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

Além disso, tem desenvolvido projetos monitorados e avaliados, trabalho diversificado, contextualizado, com atividades desafiadoras, oportunizando ao aluno desenvolver sua capacidade de aprender a ler, escrever, interpretar, calcular, promovendo o resgate da sua auto-estima, minimizando assim os problemas sócio-educacionais vivenciados por eles.

Nessa escola, nos anos iniciais, após o diagnóstico trimestral, o professor eventual, a bibliotecária e a pedagoga, trabalham com reforço escolar com alunos que apresentam grandes dificuldades. Nos anos finais, após a construção do PIP (Projeto de Intervenção Pedagógica), cada professor trabalha de forma diferenciada com os seus alunos que apresentaram alguma deficiência de aprendizagem, e eles usam os horários de modulo II individual para isso, em uma média de 4 horas semanais.

Em suma, a escola, por ser uma instituição pública, pertence a todos e cabe a todos o dever de cuidar da mesma. Dessa forma, além de oferecer o ensino formal, a Escola Estadual Dr. Querubino está aberta, nos finais de semana, para a comunidade, sendo que no sábado de manhã é usada pela Guarda Mirim, à tarde pela policia militar que dão aulas de música e de instrumento musical para a comunidade e à noite um grupo para a prática de esporte. No domingo, a escola é emprestada para fins de recreação na parte da manhã para a Igreja do Evangelho Quadrangular e a tarde para a Igreja Evangélica Batista.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios para a educação brasileira e entre eles está a gestão democrática. O art. 14 da Lei Complementar da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes educacionais e reforça esta questão da gestão democrática.

A gestão democrática caracteriza-se pela participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. Há vários órgãos que podem ser criados dentro da escola com o objetivo de garantir a gestão democrática e diversas ações internas, entre elas: o Conselho Escolar, o Conselho de Classe, a Associação de Pais e Mestres, a construção do PPP e o Grêmio Escolar.

Nas escolas Estaduais o processo de escolha de gestor e através de processos eletivos, onde votam os funcionários e pais de alunos.

A Escola Estadual Dr. Querubino possui o Conselho Escolar, que nós chamamos de Colegiado Escolar, que é composto por representantes de todos os segmentos da escola: quatro pais, dois professores, e dois funcionários e também tem o Conselho de Classe.

O Conselho de Classe tem como objetivo discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, fornecendo dados de direcionamento do trabalho dos professores, equipe pedagógica e diretor.

A participação direta dos professores, pedagogos, vice-diretor e diretor é uma característica apontada como fundamental para o Conselho de Classe, bem como a efetivação dos registros em ata e fichas. As reuniões estruturam-se a partir dos objetivos definidos em função das necessidades pedagógicas prioritárias das turmas.

O Conselho de Classe deve contar com a participação de todos os professores que trabalham com as turmas. Essas reuniões estão previstas no Calendário Escolar para facilitar sua organização, a preparação e a participação de todo os envolvidos no processo.

Como foi possível constatar, o modelo de gestão da Escola Estadual Dr. Querubino, baseia-se na participação coletiva, buscando propiciar condições

favoráveis de convivência, trabalho, criando alternativas para tomada de decisão através de sugestões de todos os envolvidos.

De modo geral, apesar das decisões serem tomadas dentro da escola elas devem respeitar orientações que são impostas pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e seu cumprimento são acompanhadas e supervisionadas pelos funcionários da Superintendência de Ensino.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A direção promove e valoriza a contribuição dos diversos membros da comunidade escolar. Ao mesmo tempo em que combate o autoritarismo, estimula a democracia, a cultura da participação, libera a criatividade, fomenta a responsabilidade coletiva para o sucesso da escola, aumenta o senso de propriedade e reduz o potencial de conflito. Sendo assim, o modelo de gestão da Escola Estadual Dr. Querubino, baseia-se na participação coletiva, buscando propiciar condições favoráveis de convivência, trabalho de todos os envolvidos.

Os papéis que competem a cada um já vêm pré-estabelecido pelo estado, e regimentado, em um documento chamado 'Regimento Escolar', mas apesar de cada um ter o seu papel pré-estabelecido, a relação é pautada pela solidariedade, reciprocidade e participação coletiva, para que todos possam cumprir o que lhe foi estabelecido.

Na Escola Estadual Dr. Querubino a maioria dos professores possuem curso de graduação e pós-graduação, sendo efetivos ou efetivados pela Lei Complementar Nº100/2007 e designados. A formação continuada para a melhoria da qualidade do ensino é dada através de capacitação dos professores frente aos problemas detectados, trabalho de equipe, projetos, encontros por área nos horários destinados ao cumprimento do Módulo II, reuniões periódicas para estudo do CBC com os orientadores pedagógicos da superintendência regional de ensino de ensino, e com monitoramento quinzenal dos mesmos dentro da própria escola.

Em relação à sala de aula as interações dentro dela devem basear-se em um contrato didático (onde é estabelecido claramente o papel e as regras para os envolvidos), o que não fica claro que o trabalho coletivo não é inerente ao ser humano, mas deve ser trabalhado no mesmo.

Os PCNs (1998) citam o trabalho em grupo como um importante tópico de sua constituição, pelos ganhos consideráveis ao serem incluídos nos trabalhos dentro de sala de aula. Dentre as vantagens, é possível estreitar os laços afetivos entre os alunos, possibilitar ao professor ser um facilitador e organizador das informações, o que permitirá transformar as atividades em atividades mais proveitosas.

Além disso, os alunos poderão trabalhar a cooperação para obter a solução da atividade proposta. O aluno estará inserido em uma situação onde terá que trabalhar a habilidade em se expressar assim como compreender o pensamento do colega, isso ampliará seu conhecimento a respeito da atividade proposta.

A colaboração, a cooperação, o confronto entre opiniões, deve se mediado, trabalhado pelo professor uma vez que a relação entre os alunos é tão importante quanto à interação entre adulto/criança. Os PCNs (1998) afirmam que além da interação entre professor e aluno, a interação entre alunos desempenha papel fundamental na formação das capacidades cognitivas e afetivas; explorando mais o aspecto afetivo dessas interações do que sua potencialidade em termos de construção de conhecimento.

Outro aspecto interessante se refere que as experiências práticas bem sucedidas demonstram que a busca pelo fortalecimento da parceria escola e comunidade se apresenta no atual contexto social, como um dos poucos caminhos viáveis para que as mesmas consigam superar as dificuldades que vêm enfrentando na educação de seus filhos/alunos. Para isso, a escola, vem articulando formas de organização que envolve parcerias efetivas entre família e escola.

As ações de integração entre escola e família se desenvolvem por meio de reuniões periódicas, palestras, realização de atividades culturais, colegiado escolar, celebrações, seminários, oficinas, feiras culturais e científica, Festa de Família, Feira de talentos. Todas essas formas de organização demonstram que os resultados são altamente positivos, sendo necessário lutar por sua manutenção, reforço, transformação e consolidação em atitudes permanentes e significativas que façam diferença no dia-a-dia de todos os parceiros envolvidos na educação escolar.

Durante todo o ano letivo, a escola busca a parceria da família para construir e avaliar as metodologias, os resultados das avaliações externas e internas e o trabalho prestado pela instituição. Nesta avaliação, não se avalia apenas a aprendizagem, mas a escola como um todo, em todos os seus segmentos. Tais informações servem como base para implementação do Projeto Político Pedagógico e o Plano de Intervenção Pedagógica.

7. AVALIAÇÃO

No Ensino Fundamental, a avaliação da aprendizagem é realizada por meio da observação e do acompanhamento contínuo das atividades individuais e coletivas dos alunos, conhecimento cognitivo dos conteúdos da base nacional comum e parte diversificada, com o objetivo de detectar indicadores do desenvolvimento cognitivo e humano dos educandos.

Na Escola Estadual Dr. Querubino as formas e os procedimentos de avaliação da aprendizagem são fundamentados na Proposta Pedagógica da unidade escolar e devem ser objeto de registro para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar, tendo como base as diretrizes da SEE-MG (Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais) e SRE (Secretaria Regional de Ensino), conforme citado a seguir.

I- No Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar, serão expressos sob a forma de parecer descritivo individual, através de observação e registros contínuos no decorrer de cada etapa, sendo que a progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, está vinculada a avaliação contínua e processual, que permite o professor intervir no momento em que detectar qualquer defasagem.

II- No Ciclo Intermediário e da Consolidação, na avaliação da aprendizagem será como forma de progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, e a avaliação contínua e processual, permitindo o professor acompanhar o desenvolvimento e detectar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno, com estratégias adequadas para garantir as aprendizagens básicas.

A progressão parcial deverá ocorrer a partir do 6º do ensino fundamental, deste para o ensino médio. Caso o aluno não consiga ser aprovado em todas as disciplinas, poderá matricular-se no ensino médio. O procedimento permite o aluno avançar, e no ano seguinte, oportuniza-los com novas estratégias de estudos para que eles consolidem as habilidades e competências básicas.

O aluno poderá se beneficiar em até três Componentes Curriculares.

A escola deverá analisar os resultados das avaliações externas para elaborar seu planejamento, com base nas matrizes curriculares, matriz de referência, PCNs, CBCs e também para a elaboração do seu Plano de Intervenção Pedagógica.

Através da elaboração do PIP (Plano de Intervenção Pedagógica), a escola de também realizar diagnósticos para levantamento das necessidades a serem trabalhadas com os alunos usando metodologias diversas: reagrupamento temporário, reforço escolar, oficinas de leitura e produção textual, monitoria, hora do conto, projetos institucionais como A Mala Viajante, Metodologia CLE, agrupamentos produtivos, etc.

A escola acredita que os métodos utilizados para avaliar os educandos estão em consonância com o PPP da mesma, respeitando o tempo de cada aluno, oferecendo oportunidade de recuperação paralela, avaliando casos excepcionais de alunos com dificuldades de aprendizagens, de modo a garantir uma educação de qualidade e a progressão continuada.

Todas estas ações tomadas pela escola tem o devido conhecimento e consentimento do Colegiado Escolar, o que a certifica de que suas ações são para atender as diversas demandas da escola, conforme garante a Constituição Federal, no art. 205, e como descreve o PPP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos através deste trabalho que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é de fundamental importância para a escola porque nele encontramos os direcionamentos a serem tomados em relação ao processo de ensino aprendizagem, como a adequação do currículo a realidade da escola e organização da mesma.

Posto que, além de ser um instrumento, conforme a Constituição Federal de 1988, de gestão democrática, uma vez que sua construção é feita com a participação de toda a comunidade, como funcionários, professores, pais e alunos, garantindo a inclusão de opiniões diversas no mesmo e favorecendo o atendimento das diversidades encontradas na escola.

Conforme comentamos acima, através desse trabalho percebemos que apesar do PPP ter sua elaboração baseado na coletividade, não é uma tarefa simples reunir toda a comunidade escolar para definir seus próprios rumos. A maioria alega a falta de tempo em participar dos processos decisórios, outras comentam que quem recebe para dirigir a escola é o diretor.

Concluimos, com este estudo, que o processo de elaboração do PPP na escola pública é ainda uma atividade na qual muitos atores do processo educacional desconhece não apenas o seu processo de elaboração, mas também o seu conceito e os seus fundamentos.

Contudo, foi possível mobilizar a comunidade escolar e centrar a atividade da (re) construção do PPP, da Escola Querubino, na sua análise e reflexão, buscando compreender sua importância para o bom funcionamento da escola, pois, conforme menciona Lacerda (2004, p. 61) para construir o PPP, espera-se que seus atores compreendam seu significado e importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACERDA, Cecília Rosa. Projeto Político Pedagógico. **Construção, Pesquisa e Avaliação**. Fortaleza, LCR, 2004.

LOPES, Antônio José. **Do currículo que queremos ao currículo que podemos ou Do currículo que podemos ao currículo que queremos?** Centro de Educação Matemática – CEM. Editora FTD. Fórum EF 2004 – SBEM.

MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo, Cortez, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Indagações sobre currículo**. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Matemática. Disponível em <http://www.moodle.ufop.br/file.php/5527/Parametros_Curriculares_Nacionais_-_Matematica.pdf>. Acesso em 19/02/2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P. A; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 6 ed. Campinas, 1998.